

Argumento para defesa

Os erros no relatório final do deputado Roberto Magalhães serão explorados pelos advogados dos 18 parlamentares da lista de cassações da CPI do Orçamento. A impugnação do relatório como principal peça de acusação poderá ser requerida ao Supremo Tribunal Federal (STF), disse Walmor Giavarina, advogado dos deputados Cid Carvalho e Manoel Moreira.

Giavarina vai requerer a gravação da última sessão da CPI, para garantir que as cinco páginas suprimidas do relatório final não sejam utilizadas como prova. Os advogados dos parlamentares ameaçados de cassação passaram o fim examinando o relatório, em busca de novos erros. O levantamento ficará pronto amanhã.

Amauri Serralvo, defensor do deputado José Geraldo (PMDB-MG), disse que a dolarização feita pela CPI triplicou o valor da movimentação bancária de seu cliente. O advogado prometeu "engolir o documento" que prove ter havido a transferência de CR\$ 30 milhões para a conta bancária do parlamentar.

Segundo Serralvo, O relatório

diz que José Geraldo recebeu uma transferência de CR\$ 30 milhões de cruzeiros em 2 de outubro passado assinada por Miriam Bueno Teixeira, da Associação Cultural Caldas da Rainha. O advogado disse que o depósito foi feito na conta da produtora Sempre Vídeo, em dinheiro, e o recibo foi apresentado à CPI.

Na versão de Serralvo, a CPI confundiu esse depósito com um outro, também de CR\$ 30 milhões, feito em cheque por uma das empresas de José Geraldo na data de 30 de setembro, três dias do depósito na conta da Sempre Vídeo.

O advogado Elenauro Batista dos Santos, do deputado João de Deus Antunes (PPR-RS), disse que um erro de cálculo fez com que a CPI acusasse seu cliente de ter embolsado 85% de uma subvenção destinada à Ação Social Evangélica não tem fundamento. Os créditos encontrados para o parlamentar e sua mãe foram de US\$ 2,5 mil e US\$ 4,6 mil, respectivamente. Somam US\$ 7,1 mil e valor da subvenção foi de US\$ 44 mil, segundo Santos.